



# AMPLIANDO O DESPORTO: REFLEXÕES SOBRE A DIVERSIDADE LGBTQIA+

Livro de Resumos

Organização e apoio:



# Ficha Técnica

© 2025

## Título

Ampliando o Desporto: Reflexões sobre a diversidade LGBTQIA+

## Financiamento

CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

## Coordenação

Carla Moleiro (CIS-Iscte)  
Sandra Saleiro (CIES-Iscte)

## Sobre

O presente livro de resumos resulta de uma compilação de algumas das apresentações realizadas na conferência “Ampliando o Desporto: Reflexões sobre a diversidade LGBTQIA\*”, que teve lugar no dia 29 de Março de 2025 na Faculdade de Motricidade Humana, da Universidade de Lisboa, com a organização da AMPLOS.

## Design

Pedro Simão Mendes (CIS-Iscte)

## Referência

Moleiro, C. & Saleiro, S. (Eds.) (2025). AMPLIANDO o Desporto: Reflexões sobre a diversidade LGBTQIA+ (Livro de Resumos). <https://dx.doi.org/10.15847/ISCTE-AMPLOS.CIG.2025.7>

# ÍNDICE

Preâmbulo	3
Justiça no Desporto: Testemunho na primeira pessoa	5
Testemunho de uma mãe	6
Por uma escola inclusiva!	8
Identidades Trans e Intersexo no desporto	11
Orientação sexual e (in)visibilidade no desporto	12
Atletas trans e os limites da inclusão no desporto contemporâneo	15
Considerações Finais	21
Anexo - Programa	23



# PREÂMBULO

**ANTÓNIO VALE**

**PRESIDENTE DA AMPLOS - ASSOCIAÇÃO DE MÃES E PAIS  
PELA LIBERDADE DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE  
DE GÉNERO**

Falar sobre desporto a mães e pais de crianças e jovens trans faz despoletar uma enorme revolta.

O desporto é a atividade que as crianças e jovens trans tendem a abandonar com frequência, talvez das primeiras. Não porque não o queiram praticar, mas porque a sociedade não lhes proporciona as condições e garantias para essa prática.

Começamos pela escola. A separação baseada no sexo registado à nascença ou a separação pelo género autoatribuído pode não ser o melhor critério. Um rapaz trans pode ter desvantagem no desempenho e consequentemente ter uma avaliação desfavorável? Uma rapariga trans pode ter vantagem? Será que os bloqueadores de puberdade e/ou os tratamentos hormonais fazem a diferença? Nem todas as pessoas fazem/podem fazer bloqueadores de puberdade e/ou tratamentos hormonais. Como se enquadram essas pessoas? Relembro que a nota de Educação Física conta para a média final e que as médias são importantes para quem quer entrar numa universidade.

Mas mesmo que ignoremos tudo isto, as escolas têm condições para todas as pessoas praticarem desporto? Os balneários, de um modo geral, não respeitam a privacidade das pessoas. São locais hostis não só para as pessoas trans, mas também para pessoas que tenham alguma característica que as diferencia das outras: peso a mais, peso a menos, sejam muito altas, sejam muito baixas, tenham alguma característica no corpo que, infelizmente, possa ser motivo de *bullying*, etc.

Rapidamente a disciplina de Educação Física poderá ser um foco de stress em vez de um local de prazer, de fortalecimento de amizades, de alívio de stress.

Falemos agora de desporto de lazer ou amador. Tudo aquilo que referi anteriormente continua válido, mas ainda pode complicar-se. Se falarmos em desportos que se praticam numa piscina, então só encontramos barreiras. Temos relatos de proibirem o acesso a piscinas a rapazes trans que utilizam uma t-shirt apropriada para os desportos aquáticos. E como é que vai ser a utilização dos balneários? Uma menina ou um menino trans é bem acolhido num balneário? Mesmo quando é acompanhada/o pela mãe ou pai?

Como enquadrar as crianças e jovens trans em desportos onde há contacto físico?

Ser federado não é uma escolha, costuma ser uma imposição para quem quer evoluir e/ou competir. A pessoa poder federar-se de acordo com o seu género pode ser uma impossibilidade.

O desporto é essencial para o desenvolvimento saudável das pessoas e esse direito está a ser negado às crianças e jovens trans.

Esta conferência pretende procurar respostas para algumas destas questões e, acima de tudo, refletir sobre o que se pode fazer.



# JUSTIÇA NO DESPORTO :

## TESTEMUNHO NA PRIMEIRA PESSOA

**MATEUS**  
**ESTUDANTE**

Ao contrário do que a maior parte das pessoas pensa, a vida de uma pessoa trans não é privilegiada. Não são dadas mais oportunidades, mas sim retiradas. De forma injusta, a sociedade acaba muitas vezes por excluir indivíduos trans de várias áreas, sendo uma delas o desporto.

Quando somos crianças, aprendemos que o desporto é para toda a gente e que é um benefício para a saúde humana. Tendo isto em conta, expulsar uma pessoa trans do seu ambiente desportivo é ir contra a saúde da pessoa, seja esta física, mental ou emocional. Em vez de se eleger atletas pelas suas características físicas, devia-se eleger pelas suas capacidades físicas. Desta forma não haveria qualquer tipo de enviesamento de resultados e muito menos polémicas eram criadas contra atletas, sendo este trans ou cis. Estes movimentos subtis de exclusão acabam por ferir e diminuir o/a atleta.

Na minha experiência, ser posto de lado por algo que nem sequer é minha responsabilidade foi algo que me afetou bastante. Se eu fosse mau no meu desporto, se eu não me dedicasse e não quisesse saber, eu entendia ser posto de parte; mas a verdade é que aquelas quatro horas e meia por semana eram o meu refúgio, o sítio onde mandava tudo cá para fora desde os 4 anos. Tiraram-me este meu direito sem eu conseguir fazer nada em relação ao assunto. Não me foi permitido progredir, nem sequer treinar com pessoas da mesma graduação que eu. É necessário respeito, não só pelo atleta, como também o seu caminho, a sua dedicação e o quanto abdicou para chegar onde está. As pessoas têm que servir mais o desporto e não servir-se do desporto.

O bom desportivismo é uma parte essencial do desporto que, infelizmente, está a desaparecer cada vez mais. Respeito entre atletas independentemente do género, orientação sexual, etnia, religião, etc... é algo fundamental não só em regime desportivo como também na vida.



# TESTEMUNHO DE UMA MÃE

**PATRÍCIA**  
**MÃE DE MATEUS**

Desde sempre considerei o Desporto um veículo de transmissão, aprendizagem e prática de valores essenciais para crianças, jovens e adultos. Assim, quando fui mãe, inscrevi ou apoiei os meus filhos na modalidade desportiva que lhes agradava.

A minha expectativa era que, para além da prática de exercício físico essencial para o seu crescimento, a atividade desportiva lhes desse a oportunidade de vivenciarem o que é a solidariedade, o espírito de equipa, a importância da entreaajuda, saber ganhar e saber perder, respeitar e ser respeitado, a importância do empenho para alcançar um objetivo e, sobretudo, a oportunidade de desfrutarem de mais um espaço/tempo de alegria, bem-estar e companheirismo. Ou seja, saúde a todos os níveis: físico, mental e emocional!

Pois, enganei-me!

Tive a infeliz e totalmente evitável oportunidade de assistir e acompanhar a má experiência no desporto do meu filho mais novo, na sua condição de rapaz transgénero. Pois aquilo que desde os seus 4 anos de idade havia sido um dos grandes momentos de alegria e prazer da sua vida, aquilo que havia contribuído para a sua autoestima e autoconfiança, aquilo que lhe deixava o gosto saboroso de estar a exprimir um talento com mestria e dedicação, foi-lhe sendo vedado à medida que a sua transição se tornava mais evidente.

O meu filho foi punido por ser a Pessoa que é. Não foi castigado por mau comportamento, por falta de assiduidade, ou por qualquer falta de respeito para com o treinador ou colegas. O meu filho foi castigado, sim, por cortar o cabelo curto, usar *binders* e ser, evidentemente, um rapaz. O meu filho deixou de poder treinar com os atletas do seu nível e passou a treinar com os principiantes, treino atrás de treino, alvo de um movimento de exclusão. Foi punido por ser quem É.

O meu filho aprendeu que o Desporto não é um espaço seguro. O meu filho não vivenciou a experiência de ser respeitado, não aprendeu com a sua atividade desportiva o que é a solidariedade, o quanto vale a pena lutar por um objetivo.

Aprendeu na sua própria pele, aos 13, 14 e 15 anos, que a exclusão existe. Aprendeu que há dores terríveis como esta que me revelou à saída de um treino: “Mãe, tenho uma dor tão grande cá dentro, é tão, tão grande, que até tenho medo de fazer mal a mim próprio”. Aprendeu a angústia profunda. E podia ter aprendido a desistir, a sentir-se um ser menos digno apesar do seu extraordinário talento, podia ter aprendido o ódio, podia ter aprendido que não vale a pena ter sonhos – como o de ir ao Jogos Olímpicos representando o seu país -, podia ter aprendido tudo às avessas.

E eu a pensar que o desporto o ia ajudar a tornar-se uma pessoa mais feliz. Pois, enganei-me! E também me enganei quanto às aulas de Educação Física no secundário. Enganei-me! Valeram-lhe os amigos que faziam uma roda à sua volta para ele poder trocar de roupa. Os balneários podem ser um sítio bastante perigoso, quem é que ia imaginar uma coisa destas? Um balneário de escola? Séc. XXI? Professores que preferem tratar o aluno pelo seu *birth name* só porque “gostam mais”? E, infelizmente, poderia continuar a enumerar exemplos de discriminação, rejeição e violência.

Só há uma coisa em que não me enganei! O meu filho é uma Pessoa Extraordinária.

E, desde o momento em que me disse que era um rapaz transgénero, posso garantir que a minha Vida mudou. Mudou para inquantificável MELHOR. O Mundo que o meu filho me mostrou é infinitamente mais bonito.





# **POR UMA ESCOLA INCLUSIVA!**

**PAULA LOBO**

**DOCENTE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**COORDENADORA DO PROJETO “ESCOLA ÀS CORES”**

A minha intervenção nesta conferência nasce da experiência vivida enquanto professora de Educação Física no ensino básico e coordenadora do Projeto “Escola às Cores”, desenvolvido na Escola Básica Frei João de Vila do Conde.

Este Projeto nasceu com o objetivo de garantir que toda a comunidade escolar, em especial os nossos alunos e alunas, independentemente da sua identidade de género, orientação sexual ou expressão de género, se sintam verdadeiramente incluídos/as, respeitados/as e seguros/as no espaço escolar. Pretende-se, assim, criar as condições necessárias para uma escola verdadeiramente inclusiva. Pretende-se ainda, desconstruir barreiras, promover o diálogo e implementar mudanças estruturais na organização da escola e na sua relação com a comunidade educativa. Este Projeto representa uma nova oportunidade para tratar estas questões de forma aberta e construtiva, promovendo uma cultura de respeito, inclusão e valorização da diversidade.

A diversidade LGBTQIA+ no contexto educativo, exige uma abordagem crítica, sensível e inclusiva. Na disciplina de Educação Física, frequentemente marcada por normas de género rígidas e estereótipos corporais, pode tornar-se um espaço de exclusão e desconforto para estudantes cuja identidade ou expressão de género não se enquadra nos padrões heteronormativos e cisnormativos dominantes. Algumas das soluções encontradas para contrariar esta realidade são: a eliminação da divisão de estudantes por género, optando por outras formas de organização dos grupos; a garantia de opções seguras e privadas para a troca de roupa, respeitando a identidade de género de cada estudante; a valorização da participação, da cooperação e do progresso individual e a adoção de uma postura firme contra comportamentos ou comentários discriminatórios, assegurando um ambiente seguro e acolhedor para todos/as.

Assim, uma das primeiras medidas adotadas no âmbito do Projeto “Escola às Cores” foi a criação de casas de banho comuns, acessíveis a todas as pessoas, independentemente do género, da existência de deficiência ou do vínculo com a escola – sejam estudantes, docentes ou não docentes. Este passo, simbólico e prático, representou uma rutura com a lógica binária tradicional e respondeu de forma concreta às necessidades de alunos que, anteriormente, se sentiam desconfortáveis ou expostos nos espaços comuns. Mais do que uma alteração arquitetónica, esta medida foi o início de uma mudança cultural, promovendo o respeito pela diversidade e a autonomia individual.

No contexto específico da Educação Física, a necessidade de garantir a privacidade e segurança de todas as pessoas levou à disponibilização de dois balneários individuais, sem qualquer designação de género. Estes espaços são geridos por mim, enquanto coordenadora do Projeto, e funcionam mediante uma lógica de confiança, confidencialidade e respeito. A sua existência tem sido fundamental para que as alunas e alunos que simplesmente não se sentiam confortáveis nos balneários tradicionais possam agora equipar-se e cuidar da sua higiene com tranquilidade e dignidade. De realçar que estes equipamentos já existiam nas instalações da Escola Básica Frei João de Vila do Conde, apenas não serviam este fim e estavam subaproveitados. Com pequenas alterações, sem qualquer custo adicional para a escola, conseguiu-se casas de banho e balneários inclusivos.

Para além das alterações físicas e estruturais, considerou-se essencial investir na formação da comunidade educativa. Neste sentido, promovemos Ações de Curta Duração (ACD) dirigidas a docentes e não docentes, focadas na compreensão das questões de identidade de género, orientação sexual, linguagem inclusiva e práticas pedagógicas não discriminatórias. Estes momentos formativos têm-se revelado fundamentais para desconstruir preconceitos, ampliar horizontes e dotar os profissionais de ferramentas práticas para lidar com a diversidade nas suas múltiplas expressões.

Reconhecendo que a escola é também espaço de aprendizagem partilhada com as famílias, foram organizadas sessões de sensibilização dirigidas a encarregados/as de educação e estudantes do 9.º ano. Estas sessões abordaram temáticas como a Identidade de Género e a Orientação Sexual no contexto escolar, permitindo abrir canais de comunicação, esclarecer dúvidas e reforçar a importância do respeito pelas diferenças no processo educativo. A participação ativa das famílias e estudantes nestas conversas tem reforçado a coesão da comunidade escolar em torno de valores de inclusão e cidadania.

Uma iniciativa simples, mas visualmente impactante foi a pintura de umas escadas da escola com as cores do arco-íris. As escadas tornaram-se um marco identitário do Projeto, um ponto de orgulho para muitos/as estudantes e um lembrete permanente de que a escola se compromete com a diversidade e o respeito.

Acredito que uma escola verdadeiramente inclusiva não se faz apenas por decreto ou com base em boas intenções. Exige trabalho diário, diálogo constante, escuta ativa e a implementação de medidas concretas. É necessário que cada membro da comunidade educativa sinta que tem um papel a desempenhar neste processo, que a inclusão é da responsabilidade de todas as pessoas e não apenas daquelas que estão “diretamente” envolvidas com as temáticas da diversidade.

Ao longo do desenvolvimento do Projeto “Escola às Cores”, tenho assistido a mudanças reais: estudantes que antes se escondiam ou se calavam e que hoje participam ativamente; professores que tinham receios em abordar estas questões e que hoje integram a linguagem inclusiva nas suas práticas; assistentes operacionais e técnicos que nunca tinham pensado sobre estas temáticas e que agora mostram interesse e colaboram com entusiasmo. Estas mudanças, por vezes subtis, são o verdadeiro indicador de que estamos no caminho certo.

Nas aulas de Educação Física, todas as pessoas são tratadas com respeito e valorizadas na sua individualidade, independentemente do seu género. Não existe uma divisão tradicional entre meninos e meninas; cada aluno/a é livre de formar grupos de acordo com as suas afinidades e de participar em atividades físicas com aqueles com quem se sente mais confortável. Nunca há necessidade de organizar a turma com base no género.

Em determinados contextos, devido às especificidades da disciplina de Educação Física, pode ser necessário formar grupos homogéneos. No entanto, estes são sempre organizados com base nas capacidades individuais de estudantes e nunca em função género.

Relativamente à avaliação, é importante referir que os docentes estão obrigados a cumprir os programas definidos para a disciplina, incluindo a aplicação do Programa FitEscolas, que avalia as capacidades motoras dos alunos e alunas. Nesta avaliação, são utilizadas tabelas diferenciadas por género e idade (masculina e feminina), em conformidade com o programa. No entanto, garanto que nenhum aluno ou aluna é prejudicado por este processo.

Desta forma, asseguro que todos/as são respeitados/as e avaliados/as de forma justa, num ambiente inclusivo e acolhedor. O meu compromisso é promover a igualdade e a equidade, garantindo que cada estudante se sinta valorizado/a e confiante nas suas capacidades. De referir, no entanto, que a Educação Física é uma disciplina como as outras e tem um programa que tem que ser cumprido pelo/a docente e consequentemente pelos/as alunos/as. Neste sentido, procuro criar experiências positivas, onde a atividade física contribua para o desenvolvimento pessoal e social de cada pessoa e valorizando sempre a progressão/evolução individual e o empenho demonstrado por cada aluno/a.

Termino esta partilha com a convicção de que projetos como o Projeto “Escola às Cores” são fundamentais para transformar a escola num verdadeiro espaço de cidadania, onde todos os corpos, todas as identidades e todas as vozes têm lugar. A escola inclusiva não é um destino, mas um caminho, feito de pequenas e grandes ações, de aprendizagens mútuas e de coragem para mudar o que precisa de ser mudado.



# **IDENTIDADES TRANS E INTERSEXO NO DESPORTO**

**MIGUEL SARAIVA**

**ASSISTENTE HOSPITALAR DE ENDOCRINOLOGIA E NUTRIÇÃO  
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÓNIO**

No passado dia 29 de março de 2025 integrei o painel “Identidades Trans e Intersexo no Desporto” da Conferência “Ampliando o Desporto”, organizada pela AMPLOS. Partilhei a mesa e a discussão com Ana Lúcia Santos (investigadora), Andreo Gustavo (consultor para a inclusão da diversidade sexual e de género) e Diogo Rodrigues (atleta). Cada participante falou sobre o tema de acordo com a sua experiência profissional e/ou pessoal na área, adensando a discussão e contribuindo para um debate com diferentes perspetivas e alicerçado em ciência e direitos humanos.

Como endocrinologista com diferenciação em endocrinologia transgénero e intersexo, apresentei várias perspetivas científicas sobre a inclusão destas comunidades na prática desportiva, com especial enfoque no Desporto de Alta Competição. Tem sido um tema cada vez mais discutido dentro da comunidade científica, comunidade desportiva, comunicação social e mesmo na sociedade civil. Foi feito um preâmbulo sobre os principais estudos científicos publicados até à data nesta área, criticando-se a sua metodologia, robustez, qualidade da amostragem e principais conclusões. A partir desta explanação, foram apresentados argumentos e contra-argumentos sobre forma mais justa de incluir pessoas com diversidade de género e intersexo nas competições desportivas profissionais.

Do ponto de vista da intervenção hormonal, foram destacados os efeitos nos níveis séricos de hemoglobina (células vermelhas do sangue, transportadoras de oxigénio), massa muscular e massa óssea. Foram distinguidos os diferentes impactos da terapêutica hormonal nestes parâmetros, de acordo com a fase da vida em que a mesma é efetuada. No que concerne às pessoas intersexo, foram indicados alguns exemplos de Diferenças do Desenvolvimento Sexual que, pela maneira como funcionam, não parece plausível querer aplicar algumas das medidas propostas na atualidade por algumas sociedades desportivas.

O mote foi desconstruir um tema que é complexo para que o debate se construa a partir da raiz do mesmo e se perceba que, apesar de ser um debate alicerçado em ciência, é sobretudo um debate de direitos humanos.

No final, penso que as várias perspetivas apresentadas enriqueceram a discussão e permitiram engajamento do público presente, que também contribuiu com perguntas e comentários.



# **ORIENTAÇÃO SEXUAL E (IN)VISIBILIDADE NO DESPORTO**

**MARIA ABREU**

**PSICÓLOGA EM CONTEXTO DESPORTIVO**

**ESTUDANTE DE DOUTORAMENTO (CIS\_ISCTE)**

As pessoas LGBTQI+ apresentam indicadores negativos de bem-estar, nomeadamente stress minoritário (i.e., stress crónico relacionado com a estigmatização da sua identidade; Meyer, 1995; 2003) e maiores riscos de saúde, como perturbações ansiosas, perturbações de humor e comportamentos auto-lesivos (Mallory et al., 2017).

Por seu turno, a prática desportiva é benéfica e protetora para a saúde, nomeadamente a nível físico, psicológico e social (Fentem, 1994; Kulick et al., 2018), podendo ainda contribuir para a diminuição dos efeitos do stress crónico e outros riscos de saúde e para o aumento do bem-estar, suporte social e sentimento de pertença (DeFoor et al., 2018). Assim, a prática desportiva poderia ser benéfica para as pessoas LGBTQI+, contribuindo para a diminuição dos riscos de saúde e para o aumento do suporte social e sentimento de pertença. Contudo, apesar de as atitudes face às pessoas LGBTQI+ serem progressivamente mais positivas, não se verifica esta tendência no desporto (Cunningham & Hussain, 2020). A discriminação é prevalente e hostil, havendo exclusão social de atletas LGBTQI+ (Atteberry-Ash & Woodford., 2018). Ademais, as organizações desportivas dão pouca prioridade à abordagem da exclusão e discriminação experienciada pelas pessoas LGBTQI+ no contexto desportivo, particularmente em termos de políticas e práticas quando comparadas com ações referentes à igualdade de género ou ao racismo (Backenridge et al., 2008). Deste modo, o desporto não só não é um espaço acolhedor para pessoas atletas LGBTQI+ (Cunningham et al., 2018; Cunningham & Hussain, 2020) como estas têm maiores dificuldades em experienciar os benefícios da prática desportiva, como o bem-estar físico e psicológico e as conexões sociais, devido a terem um stress social significativo (Symons et al., 2017).

As experiências específicas de cada atleta LGBTQI+ poderão variar consoante diversos fatores, nomeadamente o seu género – por exemplo, homens queer poderão estar mais suscetíveis a comentários e atitudes homofóbicas, considerando que estes são mais prováveis em contextos desportivos tradicionalmente masculinos (Denison et al., 2020) –, a modalidade praticada – por exemplo, mulheres que pratiquem desportos tradicionalmente masculinos poderão ser vistas como lésbicas e sofrerem de discriminação independentemente da sua orientação sexual (e.g. Craveiro et al., 2021) –, a abertura e conforto dos membros do staff em lidar com questões relacionadas com a sexualidade e conhecimento dos mesmos quanto à orientação sexual da pessoa atleta – maior abertura

e conforto poderá melhorar a experiência da pessoa atleta, tendo ou não o staff conhecimento da orientação sexual, contudo o staff ter conhecimento e não mostrar abertura e conforto poderá levar a uma pior experiência (Clark & Kosciw, 2020) –, e a existência ou ausência de linhas orientadoras e políticas inclusivas e de proteção para reduzir a discriminação (Atteberry-Ash & Woodford, 2018).

À semelhança da literatura científica nesta área, durante a minha experiência profissional em contexto desportivo (e, em simultâneo, em acompanhamento a pessoas LGBTQI+) tenho observado diversos aspetos que influenciam as experiências das pessoas LGBTQI+ em contexto desportivo – tanto pessoas atletas como pessoas treinadoras. Em modalidades tradicionalmente masculinas aparenta haver efetivamente uma maior tendência para as mulheres serem vistas como queer, sofrendo de discriminação independentemente de serem ou não abertamente queer, e, nestas mesmas modalidades, especialmente quando praticadas por homens (mas também quando praticadas por mulheres), há uma grande utilização de insultos homofóbicos em treino e/ou jogo por parte de atletas, staff e adeptos. Na generalidade das modalidades, existe a regra *“don’t ask, don’t tell”*, em que se dá preferência à não partilha da orientação sexual por parte das pessoas em contexto desportivo, e são relatadas maiores dificuldades na aceitação na equipa, sobretudo por parte do staff, quando é feita esta partilha. Estas dificuldades aparentam intensificar-se quando existem relações amorosas no seio da equipa, havendo uma pressão para ocultá-las, apesar de ser uma dificuldade acrescida para as pessoas atletas. No caso de atletas mulheres, são também relatadas situações de assédio, nomeadamente assédio sexual, por parte de treinadores e outros agentes desportivos na sequência da partilha das suas orientações sexuais – apesar de ser importante considerar que o assédio a mulheres é prevalente na sociedade e também no contexto desportivo independentemente da orientação sexual específica. É fundamental reforçar a enorme importância e impacto das atitudes das pessoas à volta, não só de atletas e staff, que poderão posicionar-se como facilitadoras da discriminação ou como aliadas e força anti discriminação, mas também de adeptos, que têm o poder de mover forças e que, apesar de frequentemente se posicionarem com comentários e/ou cânticos discriminatórios, poderão também ter a força contrária, apoiando ações anti discriminatórias.

Ainda assim, apesar de, por vezes, serem difíceis de identificar no dia-a-dia, começam a existir mais sinais positivos na inclusão de pessoas LGBTQI+ no desporto, sobretudo no desporto feminino, que assume um papel central na luta anti discriminatória e na representatividade. Atualmente, é possível encontrar uma maior representatividade de mulheres queer (atletas e treinadoras) numa grande variedade de desportos, desde os tradicionalmente mais masculinos aos tradicionalmente mais femininos, como o futebol, basquetebol, voleibol e até ginástica. Inclusivamente, algumas ligas competitivas femininas, comemoram o Dia Internacional contra a LGTBIfobia no desporto (Liga F – liga de futebol de Espanha; 19 de fevereiro) ou o Pride (WNBA, WBB na NCAA – ligas de basquetebol dos Estados Unidos da América).

Por fim, considero importante referir estratégias que se têm revelado úteis no dia-a-dia em contexto desportivo, facilitando a abordagem da orientação sexual, e que poderão igualmente ser úteis para outras pessoas em contexto desportivo: 1) o uso de “símbolos de aceitação”, isto é, porta-chaves, fios, pins, atacadores ou até outros objetos com arco-íris ou alusivos ao Pride; 2) o uso de linguagem neutra, não guiando apenas para o género oposto quando se questiona por pessoas significativas (e.g., perguntar por “companheira” e “companheiro”, independentemente do género); 3) o tratamento respeitoso de todas as pessoas em contexto desportivo, independentemente da orientação sexual, género ou função no clube/equipa.

## Referências bibliográficas

- Atteberry-Ash, B., & Woodford, M. R. (2018). Support for policy protecting LGBT student athletes among heterosexual students participating in club and intercollegiate sports. *Sexuality Research and Social Policy*, 15(2), 151-162.
- Clark, C. M., & Kosciw, J. G. (2022). Engaged or excluded: LGBTQ youth's participation in school sports and their relationship to psychological well-being. *Psychology in the Schools*, 59(1), 95-114. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/pits.22500>
- Craveiro, A. C., Mendes, J., & Vieira, F. (2021). Percepção de homofobia e discriminação da comunidade LGBTQIA+ no contexto da disciplina de Educação Física em Portugal. <https://doi.org/10.31211/rpics.2021.7.2.222>
- Cunningham, G. B., & Hussain, U. (2020). The case for LGBT diversity and inclusion in sport business. *Sport & Entertainment Review*, 5(1), 1-15.
- Cunningham, G. B., Buzuvis, E., & Mosier, C. (2018). Inclusive spaces and locker rooms for transgender athletes. *Kinesiology Review*, 7(4), 365-374.
- DeFoor, M. T., Stepleman, L. M., & Mann, P. C. (2018). Improving wellness for LGB collegiate student-athletes through sports medicine: a narrative review. *Sports medicine-open*, 4(1), 1-10.
- Fentem, P. H. (1994). ABC of sports medicine: benefits of exercise in health and disease. *BMJ*, 308, 1291-1295.
- Kulick, A., Wernick, L. J., Espinoza, M. A. V., Newman, T. J., & Dessel, A. B. (2018). Three strikes and you're out: Culture, facilities, and participation among LGBTQ youth in sports. *Sport, Education and Society*. <https://doi.org/10.1080/13573322.2018.1532406>
- Mallory, C., Brown, T. N., Russell, S. T., & Sears, B. (2017). The impact of stigma and discrimination against LGBT people in Texas. Williams Institute, UCLA School of Law.
- Meyer, I. H. (1995). Minority stress and mental health in gay men. *Journal of health and social behavior*, 38-56.
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129, 674 – 697.
- Symons, C. M., O'Sullivan, G. A., & Polman, R. (2017). The impacts of discriminatory experiences on lesbian, gay and bisexual people in sport. *Annals of Leisure Research*, 20(4), 467-489. <https://doi.org/10.1080/11745398.2016.1251327>



# **ATLETAS TRANS E OS LIMITES DA INCLUSÃO NO DESPORTO CONTEMPORÂNEO**

**ANA LÚCIA SANTOS**

**INVESTIGADORA ASSOCIADA**

**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS (CES), UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA**

## **Introdução**

Desde 2015, e com particular intensidade a partir de 2022, a Europa e os Estados Unidos da América têm implementado regulamentos desportivos progressivamente mais restritos no que respeita à participação de atletas trans – com especial enfoque em mulheres –, justificados pela necessidade de preservar a “competição justa” e a integridade física das atletas cisgénero. Devido a estas políticas, o desporto moderno tem-se tornado não num palco de disputa sobre quem vence ou é derrotado, mas sobre quem pode ou não competir.

A regulamentação das características sexuais emergiu no século XX através das entidades que governam a competição desportiva organizada, nomeadamente comités olímpicos, federações internacionais e nacionais, bem como ligas profissionais e amadoras. Estas organizações implementam critérios de elegibilidade fundamentados em marcadores sexuais, tais como cromossomas e hormonas, com o objetivo de excluir da prática desportiva os corpos que não se enquadram nas normas sexuais dominantes. Esta verificação das características sexuais, inicialmente circunscrita ao atletismo, expandiu-se na última década a múltiplas modalidades, desde desportos de potência a atividades intelectuais como xadrez, com critérios cada vez mais restritivos. Esta escalada regulatória, justificada pela retórica do fair play, funciona como um mecanismo de exclusão sistemática das mulheres trans na competição desportiva.

Este texto apresenta uma reflexão crítica sobre a crescente adoção de regulamentos desportivos que excluem pessoas trans, com foco nos seus fundamentos. Sem pretender esgotar o tema, procura-se articular exemplos concretos, evidência científica recente e enquadramento histórico para contribuir para um debate informado sobre o lugar das pessoas trans no desporto contemporâneo.



## Breve enquadramento histórico

A regulação do sexo no desporto moderno tem origem nas competições femininas de atletismo na década de 1930, quando se tornaram frequentes os testes de verificação sexual como forma de prevenir alegadas “fraudes de género” – expressão usada para descrever atletas suspeitas de não serem “verdadeiras” mulheres (Pieper, 2016). Esta inquietação era alimentada por uma visão essencialista de sexo: corpos mais altos, musculados ou com outros traços considerados masculinos eram colocados sob suspeita. O facto de ex-atletas como Mark Weston e Zdenek Koubek, que passaram por processos de afirmação de género na década de 1930, terem competido anteriormente em categorias femininas, também serviu de justificação para a implementação de um policiamento rigoroso. Estes testes de verificação de sexo, inicialmente realizados através da inspeção visual, alegavam funcionar para impedir que homens competissem sob identidade feminina – um receio que a história mostrou ser infundado (Pieper, 2016).

Em 2003, o Comitê Olímpico Internacional (COI) formalizou, pela primeira vez, uma política específica dirigida a atletas trans. Longe de representar uma promessa de inclusão, esta política condicionava a participação de mulheres trans nas competições olímpicas femininas mediante a realização de cirurgia de redesignação sexual e remoção das gónadas, além de dois anos de terapia hormonal antes da competição (IOC, 2003). Em 2015, estas exigências foram revistas com a remoção da obrigatoriedade cirúrgica e a introdução de um limite de testosterona de 10 nmol/L (IOC, 2015). Já em 2021, o COI abdicou de definir critérios de elegibilidade, transferindo essa responsabilidade para as federações internacionais de cada modalidade desportiva (IOC, 2021). Esta decisão criou um precedente que permitiu a adoção de normas progressivamente mais restritivas contra atletas trans, explicando a onda de regulamentações excludentes observada a partir de 2022. Federações internacionais de diversas modalidades, como natação (FINA, 2022), atletismo (World Athletics, 2023), ciclismo (UCI, 2023), golf (LPGA, 2025), entre outras, estabeleceram regras que proíbem a participação na competição feminina de atletas trans que não tenham passado por processos hormonais de afirmação de género feminino durante a puberdade. A proliferação de critérios em diversas modalidades, cada vez mais unificados e restritos, cria instabilidade regulatória e dificulta a carreira desportiva de mulheres que se vêm obrigadas a prosseguir por outro rumo que não o da competição.

## A natação e a consolidação de políticas restritivas

A natação é uma modalidade olímpica de grande destaque e figuras de relevo. Os resultados desportivos são medidos ao centésimo de segundo, o que reforça a narrativa de que qualquer diferença fisiológica pode ditar pódios. Neste contexto de elevada mediatização, a discussão sobre a elegibilidade de pessoas trans ganhou visibilidade, especialmente após a participação da nadadora Lia Thomas em competições universitárias, nos Estados Unidos, em 2022. Na sequência dessa atenção pública, a World Aquatics (federação internacional de natação – antiga FINA) aprovou, nesse mesmo ano, o regulamento intitulado “Policy on Eligibility for the Men’s and Women’s Competition Categories” (World Aquatics, 2023). Este regulamento, em vigor ainda no ano de 2025, estabelece regras de elegibilidade para atletas trans, das quais se destaca:

1. Exigência de certificado de sexo cromossomático;
2. Proibição de mulheres trans cuja “puberdade masculina” não tenha sido suprimida antes do estágio Tanner II ou dos 12 anos;

3. Imposição de um limite de testosterona de 2,5 nmol/L;
4. Autorização para que homens trans compitam na categoria masculina, bastando, em determinadas modalidades, apresentar uma declaração médica de aptidão física e, no caso de fazerem aplicação de testosterona, obterem uma autorização da Agência Mundial Antidoping;
5. Introdução de uma categoria aberta experimental, destinada a atletas que não se enquadrem nos critérios de admissão das categorias masculina ou feminina.

Esta regulamentação da *World Aquatics* revela uma assimetria evidente: a participação de homens trans não é percebida como ameaça, sendo amplamente permitida, enquanto as mulheres são alvo de um escrutínio desproporcional e exclusão sistemática. Essa discrepância reflete uma tendência mais ampla iniciada com a imposição de limites hormonais após o sucesso da atleta Caster Semenya no Mundial de Atletismo de 2009, que levou a *World Athletics* (então IAAF) a adotar regras hormonais (IAAF, 2011a, 2011b). Por outro lado, a crescente tendência para exigir um certificado de sexo cromossômico marca um regresso controverso às práticas dos testes cromossômicos vigentes entre as décadas de 1960 e 1990 – práticas que foram amplamente criticadas por cientistas devido à sua falibilidade na determinação do sexo (Ritchie et al., 2008). Embora o certificado seja exigido, os cromossomos não figuram como critério decisivo nos regulamentos da *World Aquatics*, que priorizam o momento de supressão da puberdade como fator de elegibilidade. Tal contradição levanta questões quanto à lógica subjacente, uma vez que se o critério é fisiológico (supressão hormonal pubertária), a análise cromossômica torna-se redundante.

A introdução de uma categoria aberta no Campeonato Mundial de Natação de 2023, destinada a atletas que não se enquadrassem nos critérios de elegibilidade das categorias tradicionais, revelou-se um fracasso, não tendo registado qualquer inscrição, segundo informou a própria *World Aquatics Communication Department* (2023). Esta ausência de participação pode ser compreendida através de múltiplos fatores que refletem desafios estruturais no desporto de alta competição. Desde logo, o anúncio tardio desta iniciativa, feito pouco antes do evento, pode ter dificultado a preparação por parte de atletas. A própria natureza segregadora desta aparente solução pode ter contribuído para o seu insucesso, uma vez que a criação de uma categoria à parte, ao invés da plena inclusão nas categorias existentes, pode reforçar a marginalização de atletas trans. Para atletas que visam o profissionalismo, associar-se a uma categoria experimental e sem histórico de reconhecimento pode representar riscos para as suas carreiras, nomeadamente no que diz respeito a patrocínios. Importa considerar também a dimensão estatística, uma vez que a percentagem de atletas trans é ainda muito baixa, comparando com o número de atletas cisgénero. Nos Estados Unidos, por exemplo, entre 530.000 atletas universitários/as sob regulação da NCAA, apenas dez correspondia a atletas trans no ano de 2025. 1) A baixa participação de pessoas trans no desporto, especialmente de elite, não resulta da falta de interesse, mas sim das múltiplas barreiras institucionais, legais e culturais. A criação de estruturas paralelas, como categorias abertas numa competição de elite, sem garantir dignidade de participação dificilmente resolverá o problema de exclusão. O exemplo da Maratona de Boston, que introduziu uma categoria não binária com crescente adesão entre 2023 e 2025, passando de 24 para 73 participantes, 2) demonstra que há interesse por parte de pessoas com identidades de género diversas em participar em competições quando existem condições adequadas. Esta evidência reforça a ideia de que a ausência de inscrições na categoria aberta da natação não pode ser atribuída a uma suposta falta de interesse das pessoas trans, mas deve antes ser compreendida à luz das barreiras logísticas, simbólicas e institucionais que comprometem a viabilidade e a dignidade dessa participação.

## Evidência empírica e controvérsias sobre elegibilidade

Um estudo de 2024, liderado por uma equipa multidisciplinar do Reino Unido, Espanha, Itália e Hong Kong, fornece uma contribuição singular à literatura científica sobre atletas trans (Hamilton et al., 2024). Embora seja limitado em termos de amostra, distingue-se metodologicamente por focar exclusivamente em atletas em competição, em contraste com a maioria das investigações existentes, que extrapolam dados de populações não-atletas para o contexto desportivo. Os resultados deste estudo revelaram uma diversidade de características fisiológicas e de performance nas participantes, nomeadamente:

- Mulheres trans apresentaram maior massa corporal e IMC. Este são fatores que podem conferir vantagem em desportos que requerem força e que não sejam divididos por peso, mas que podem conferir desvantagem em modalidades de agilidade, como a ginástica;
- Embora mulheres trans apresentem valores absolutos de  $VO_2$  máx. similares aos de mulheres cis, o  $VO_2$  máx. relativo ao peso corporal é significativamente menor. Quando combinado com a função pulmonar reduzida (mulheres trans apresentam razão VEF1:CVF mais baixa), esta combinação implica desvantagens fisiológicas em modalidades dependentes de resistência cardiorrespiratória e eficiência respiratória;
- Nos testes de força de prensão manual, mulheres trans demonstraram maior força absoluta, mas não relativa, indicando que a vantagem na força absoluta está associada a características anatómicas, como mãos maiores, e não a diferenças na capacidade muscular;
- As atletas trans apresentaram resultados inferiores na altura de salto relativa, característica que pode impactar modalidades que requerem explosão muscular, como saltos ou sprints.

Apesar destes dados recentes, as normas continuam a ser cada vez mais restritas e a afastar mulheres trans da prática desportiva. Um outro estudo realizado em 2021 com militares da Força Aérea dos EUA mostrou que, após dois anos de terapia hormonal, as mulheres trans apresentavam níveis de força e resistência semelhantes aos das mulheres cis na execução de flexões e abdominais, embora tenham apresentado uma vantagem de 12% na corrida (Roberts et al., 2021). Num estudo ainda mais antigo, de 2015, a investigadora Joanna Harper demonstrou que, após um ano de terapia hormonal, mulheres trans apresentam resultados semelhantes ao das mulheres cisgénero em corridas de longa distância (Harper, 2015). Embora estes estudos desafiem a ideia de uma vantagem física estável, as políticas trans-excludentes não reconhecem essas evidências, contribuindo para o aumento de desistências, uma vez que a maioria destas atletas não consegue cumprir os critérios pubertários. A este tipo de políticas acresce ainda a vulnerabilidade médica devido à pressão para iniciar intervenções hormonais ou cirúrgicas precoces que permitam adequar as atletas jovens a estas exigências.

A literatura demonstra que políticas restritivas desencorajam a prática desportiva, empurrando pessoas trans para atividades individuais ou não competitivas (Jones et al., 2017; Santos, 2024a). A perda de oportunidades competitivas pode comprometer saúde física e mental, redes sociais e carreiras profissionais no desporto, uma vez que o reconhecimento de um género no âmbito desportivo configura reconhecimento de género e sentimento de pertença a uma comunidade. Perante a exclusão formal, muitas pessoas trans optam por trajetórias alternativas: tornam-se treinadoras, árbitras, dirigentes, ou assumem outras funções, contribuindo para a mudança “a partir de dentro”, mas mantendo a invisibilidade na competição.

## Considerações finais

A trajetória histórica mostra que o controlo sexual no desporto nunca foi neutro. Começou por vigiar “corpos suspeitos” nas competições femininas (Santos, 2024b) nos anos 30 do século XX e centrou-se na regulação hormonal de mulheres trans e intersexo no século XXI. O presente endurecimento, com limites cada vez mais restritos de testosterona, exigência de supressão pubertária e até certificados cromossómicos, não se baseia em evidência conclusiva de vantagem atlética, mas antes em estereótipos de género essencialista e medos sobre a desestabilização da hierarquia sexual binária. Neste sentido, o desporto continua a ser um palco de disputa sobre quem pode ou não competir e ter uma boa performance. Como menciona Lindsay Pieper sobre a regulação de mulheres intersexo, mas cuja reflexão se pode aplicar a mulheres trans, trata-se de eliminar atletas consideradas “demasiado fortes, demasiado rápidas, demasiado bem-sucedidas ou demasiado pouco-femininas para as competições de mulheres” (Pieper, 2016, p. 3).

A tendência política de 2025 aponta para uma maior restrição, embora a investigação científica seja insuficiente e não sustente a ideia de vantagem atlética universal das mulheres trans. Garantir inclusão plena exige abandonar políticas baseadas em evidência científica que busca factos para sustentar teorias, concretamente, que busca mostrar a vantagem atlética de pessoas trans (por exemplo, níveis de força absolutos), mas descarta as desvantagens tanto fisiológicas provocadas pela terapia hormonal ou cirurgias, como os fatores psicológicos provocados pela transfobia. No atual cenário de regressão regulatória, é fundamental implementar políticas que respeitem os direitos humanos e o direito universal à prática desportiva, tal como recomendado pela UNESCO desde 1978 (UNESCO, 1978), bem como criar condições concretas para a participação de pessoas trans em todos os níveis do desporto, através de incentivos estruturais, balneários seguros, equipas técnicas com formação em diversidade e percursos de carreira acessíveis a atletas com características sexuais não normativas.

-----  
Notas de Rodapé:

1 Ver notícia sobre proibição de atletas trans pela NCAA em <https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/2025/02/07/ncaa-segue-ordem-de-trump-e-bane-mulheres-trans-de-torneios-universitarios-dos-eua.ghtml>.

2 Ver dados de 2023 em [https://registration.baa.org/2023/cf/Public/iframe\\_Statistics.htm](https://registration.baa.org/2023/cf/Public/iframe_Statistics.htm) e dados de 2025 em [https://registration.baa.org/2025/cf/Public/iframe\\_Statistics.htm](https://registration.baa.org/2025/cf/Public/iframe_Statistics.htm).

## Referências bibliográficas

- FINA. (2022). Policy on Eligibility for the Men's and Women's Competition Categories. <https://resources.fina.org/fina/document/2022/06/19/525de003-51f4-47d3-8d5a-716dac5f77c7/FINA-INCLUSION-POLICY-AND-APPENDICES-FINAL-.pdf>
- Hamilton, B., Brown, A., Montagner-Moraes, S., Comeran-Chueca, C., Bush, P. G., Guppy, F. M., & Pitsiladis, Y. P. (2024). Strength, power and aerobic capacity of transgender athletes: a cross-sectional study. *Br J Sports Med*, 0, 1–12. <https://doi.org/10.1136/bjsports-2023-108029>
- Harper, J. (2015). Race Times for Transgender Athletes. *Journal of Sporting Cultures and Identities*, 6(1), 2–10. [www.sportandsociety.com](http://www.sportandsociety.com)
- IAAF. (2011a). Regulations governing eligibility of athletes who have undergone sex reassignment to compete in women's competition. <https://worldathletics.org/about-iaaf/documents/research-centre>
- IAAF. (2011b). Regulations Governing Eligibility of Females with Hyperandrogenism to Compete in Women's Competition. <https://worldathletics.org/about-iaaf/documents/research-centre>
- IOC. (2003). Statement of the Stockholm consensus on sex reassignment in sports (Issue October). [http://www.olympic.org/assets/importednews/documents/en\\_report\\_905.pdf](http://www.olympic.org/assets/importednews/documents/en_report_905.pdf)
- IOC. (2015). IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism (Issue November). [https://stillmed.olympic.org/Documents/Commissions\\_PDFfiles/Medical\\_commission/2015-11\\_ioc\\_consensus\\_meeting\\_on\\_sex\\_reassignment\\_and\\_hyperandrogenism-en.pdf](https://stillmed.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/Medical_commission/2015-11_ioc_consensus_meeting_on_sex_reassignment_and_hyperandrogenism-en.pdf)
- IOC. (2021). IOC framework on fairness, inclusion and non-discrimination on the basis of gender identity and sex variations. [https://stillmed.olympics.com/media/Documents/News/2021/11/IOC-Framework-Fairness-Inclusion-Non-discrimination-2021.pdf?\\_ga=2.165361599.1271281015.1637163324-1782554398.1637163323](https://stillmed.olympics.com/media/Documents/News/2021/11/IOC-Framework-Fairness-Inclusion-Non-discrimination-2021.pdf?_ga=2.165361599.1271281015.1637163324-1782554398.1637163323)
- Jones, B. A., Arcelus, J., Bouman, W. P., & Emma, H. (2017). Sport and Transgender People: A Systematic Review of the Literature Relating to Sport Participation and Competitive Sport Policies. *Sports Medicine*, 47, 701–716. <https://doi.org/10.1007/s40279-016-0621-y>
- LPGA. (2025). LPGA Gender Policy for Competition Eligibility. <https://www.lpga.com/gender-policy>
- Pieper, L. (2016). *Sex Testing: Gender Policing in Women's Sports*. University of Illinois Press.
- Ritchie, R., Reynard, J., & Lewis, T. (2008). Intersex and the olympic games. In *Journal of the Royal Society of Medicine* (Vol. 101, Issue 8, pp. 395–399). Royal Society of Medicine Press. <https://doi.org/10.1258/jrsm.2008.080086>
- Roberts, T. A., Smalley, J., & Ahrendt, D. (2021). Effect of gender affirming hormones on athletic performance in transwomen and transmen: implications for sporting organisations and legislators. *Br J Sports Med*, 55, 577–583. <https://doi.org/10.1136/bjsports-2020-102329>
- Santos, A. L. (2024a). Pessoas trans no desporto: regras de elegibilidade, desafios e resistências. *Revista de Estudios de Género, La Ventana*, 7(59), 388–425. <https://doi.org/10.32870/LVV7159.7684>
- Santos, A. L. (2024b). A hiperandrogenia no atletismo e o regime da medicalização compulsória no atletismo. *Revista Feminismos*, 12(2), 2317–2932. <https://doi.org/10.9771/RFV1212.50695>
- UCI. (2023). Eligibility Regulations for Transgender Athletes. [https://assets.ctfassets.net/76117gh5x5an/5Qwu5ycbagkT3ApUSZg9N9/c7b5fea8d1d49aab3b0375d95769b721/20230714\\_Modification\\_Transgender\\_Regulation\\_Juillet\\_2023\\_ENG\\_red.pdf](https://assets.ctfassets.net/76117gh5x5an/5Qwu5ycbagkT3ApUSZg9N9/c7b5fea8d1d49aab3b0375d95769b721/20230714_Modification_Transgender_Regulation_Juillet_2023_ENG_red.pdf)
- UNESCO. (1978). International Charter of Physical Education and Sport. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216489/PDF/216489eng.pdf.multi>
- World Aquatics. (2023). Policy On Eligibility for the Men's And Women's Competition Categories. <https://resources.fina.org/fina/document/2023/03/27/dbc3381c-91e9-4ea4-a743-84c8b06debef/Policy-on-Eligibility-for-the-Men-s-and-Women-s-Competition-Categories-Version-on-2023.03.24.pdf>
- World Aquatics Communication Department. (2023, October 3). Update on the Open Category competitions at the World Aquatics Swimming World Cup – Berlin 2023. <https://www.worldaquatics.com/news/3715191/update-on-the-open-category-competitions-at-the-world-aquatics-swimming-world-cup-berlin-2023>
- World Athletics. (2023). Eligibility Regulations for the Female Classification (Athletes with Differences of Sex Development). <https://worldathletics.org/about-iaaf/documents/book-of-rules>



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

**CARLA MOLEIRO<sup>(1)</sup> & SANDRA SALEIRO<sup>(2)</sup>**

**(1) CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL  
(CIS\_ISCTE)**

**(2) CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS EM SOCIOLOGIA  
(CIES\_ISCTE)**

A Conferência “AMPLIANDO O DESPORTO: Reflexões sobre diversidade LGBTQIA+” foi uma iniciativa pioneira no nosso país, de construção de um espaço de partilha de boas práticas, de discussão e de reflexão sobre as questões da inclusão na prática desportiva em função da orientação sexual, da identidade de género e das características sexuais.

Partimos para este encontro com o reconhecimento de que estas temáticas têm sido alvo de maior visibilidade e discussão ao nível da comunidade científica, das associações e federações desportivas nacionais e internacionais, da própria comunicação social, e ao nível da sociedade civil. Também ao nível político têm recebido atenção, pela positiva e pela negativa. Porém, o encontro não era especificamente sobre desporto de alto rendimento ou alta competição, embora seja sobre estes que as maiores polémicas se têm desenvolvido.

Procuramos, sim, envolver pessoas e experiências de toda a prática desportiva, desde a educação física e desporto escolar, à prática recreativa e amadora, sem esquecer a prática de competição (e.g. Comité Olímpico de Portugal, COP; Douro Bats). As pessoas atletas que praticam ao nível da alta competição e do alto rendimento são, porém, uma ínfima parte de todas aquelas que fazem desporto nas suas vidas, na escola, nos tempos livres, de forma coletiva ou individual, por razões de promoção da saúde e de lazer. Nadam, correm, patinam, saltam a cavalo, jogam xadrez, vão ao ginásio, fazem judo, praticam futebol ou volley de praia. Somos todos/as nós.

Pensando em todas as crianças e jovens LGBTQIA+, que comportam maiores riscos de saúde por exposição a stress minoritário (incluindo discriminação e violência), e em como a prática de desporto pode contribuir para a saúde geral (física e mental) e servir de *buffer* para os efeitos dos riscos psicossociais a que são expostas, parece-nos importante recentrar a discussão em todas as pessoas praticantes de desporto – e não apenas na elite da alta competição e rendimento. Essa discussão é necessária para promover contextos promotores de saúde e de inclusão para todas as crianças e jovens e suas famílias – realidades claras nos testemunhos do Mateus e da sua mãe.

Tratando-se de uma iniciativa da AMPLOS, importa salientar que a segunda causa de morte na adolescência é o suicídio, ao nível mundial, precedida apenas pelos acidentes (e.g. como acidentes de viação). Este risco é maior para crianças e jovens LGBTQIA+ do que para pares hetero- e cis-normativos. São mortes evitáveis e traduzem um problema de saúde pública, cujas causas podemos e devemos combater.

Transmitir mensagens de inclusão, também através do desporto, desde a infância, pode traduzir-se em trajetórias desenvolvimentais mais saudáveis e positivas para todas as pessoas – mas, acima de tudo, para aquelas que se identificam como LGBTQIA+.

Não só a prática desportiva pode ser mais segura e inclusiva (e não uma fonte de sofrimento e desconforto), como o próprio desporto pode ser uma importante forma e um contexto privilegiado de promoção de aprendizagens de competências sociais ao nível da diversidade, da inclusão e dos direitos humanos.

O debate sobre a diversidade no desporto é rico e complexo, envolvendo profissionais de áreas disciplinares diversas e de várias perspetivas das comunidades desportivas. Procuramos envolver diversas vozes neste dia de encontro. A conferência AMPLIANDO O DESPORTO constituiu-se como um espaço singular de reflexão, pelo que agradecemos a todas as pessoas que integraram os painéis e associações parceiras a oportunidade para podermos contribuir para este debate, de forma construtiva e centrada nas pessoas. Agradecemos ainda a todas as pessoas participantes, que enriqueceram o encontro. Deixamos o agradecimento final à CIG (entidade financiadora) e à FMH (instituição de acolhimento).

Concluimos reconhecendo que a diversidade é uma característica universal e que o desporto é essencial para o desenvolvimento saudável de todas as pessoas!



# ANEXO

## PROGRAMA COMPLETO

**09:00 Abertura de secretariado**

**09:30 - 10:00 Mesa de Abertura**

Presidência da FMH

Dra. Sandra Ribeiro - Presidente da CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género)

**10:15 - 11:15 Pontapé de saída - Testemunhos de Famílias AMPLOS**

Moderação: Rede ex aequo - Jo Matos

Mateus, Atleta

Patrícia, Mãe de Mateus

**11:45 - 13:15 Mesa 1 - Orientação Sexual e Visibilidade no Desporto**

Moderação: CIS-Iscte - Carla Moleiro

Gabriela Moita, Psicóloga

Maria Simões de Abreu, Psicóloga e Investigadora

Ana Grenha, Atleta

**15:00 - 16:30 Mesa 2 - Identidades Trans e Intersexo no Desporto**

Moderação: CIES-Iscte - Sandra Saleiro

Miguel Saraiva, Endocrinologista

Ana Lúcia Santos, Investigadora

Andreo Gustavo, Consultor

Diogo Rodrigues, Atleta

**16:45 - 18:15 Mesa 3 - Da Educação Física nas Escolas ao Desporto de Alto Rendimento**

Moderação: AMPLOS

Paula Lobo, Professora de Educação Física

Ana Bispo Ramires, Psicóloga

João Paulo Almeida, Comité Olímpico Português

Vítor Gonçalves, Douro Bats

**18:15 Mesa de Fecho**

AMPLOS



# AMPLIANDO O DESPORTO: REFLEXÕES SOBRE A DIVERSIDADE LGBTQIA+

Livro de resumos

